



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Grupo de Câmaras de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

94

Agravo regimental no mandado de segurança nº 334237-8

Agravante: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco.

Agravado: E.V.S.B. (criança).

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. CRIANÇA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA FEMURAL FOCAL PRÓXIMAL. PROCEDIMENTO CIRÚRGICO. NECESSIDADE DE PLACA LÂMINA PEDIÁTRICA 3,5MM. COMPROVADA. PRESERVAÇÃO DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. *ASTREINTES* CONTRA FAZENDA PÚBLICA. ART. 461 DO CPC. POSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de determinado medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna, sem que haja malferimento do princípio constitucional da legalidade. 2. Mesmo que o procedimento não esteja previamente elencado pela Administração ou mesmo que existam outras formas de tratamentos alternativos disponibilizadas pelo SUS, não há óbice ao fornecimento requerido. 3. É lícito ao magistrado fixar *astreintes* contra a Fazenda Pública com o objetivo de assegurar o adimplemento da obrigação de fazer consistente no fornecimento de medicamentos, não havendo que se falar em exorbitância na espécie. 4. O Grupo de Câmaras de Direito Público desta Corte de Justiça tem entendido, pacificamente, que a negativa no fornecimento de medicamentos e procedimentos necessários implica em desrespeito ao direito fundamental de acesso universal e igualitário à saúde, garantido constitucionalmente, que é de responsabilidade do Estado. 4. Observância da Súmula nº 18 desta Corte de Justiça. 5. Agravo regimental à unanimidade improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do agravo regimental no mandado de segurança nº 334237-8, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data, e à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante do julgado.

P.R.I.

Recife, 2 de julho de 2014

Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Grupo de Câmaras de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

95.

Agravo regimental no mandado de segurança nº 334237-8

Agravante: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco.

Agravado: E.V.S.B. (criança).

RELATÓRIO

Cuida-se de agravo regimental diante de decisão monocrática que deferiu a liminar requerida, no sentido de determinar o fornecimento da placa lâmina pediátrica 3,5mm indicada para tratamento de osteotomia femural pela médica assistente do impetrante, ora agravado.

Segundo o agravante, a decisão que se busca integrar merece reforma, alegando acerca do ultraje ao princípio da legalidade e da eficiência, da inexistência de comprovação de que o aparelho pleiteado é o único eficaz para o tratamento do agravado, da importância de se reconhecer o princípio da reserva do possível nos pedidos de tratamento de saúde, da ausência de caráter ilimitado aos direitos fundamentais e por fim da exorbitância da multa diária fixada.

Autos conclusos.

É o relatório.

VOTO

As alegações trazidas à baila pelo agravante não são capazes de convencer sobre o postulado desacerto da decisão recorrida, razão pela qual entendo que a mesma deve ser mantida em todos os seus termos, senão vejamos.

De início, não merece guarida à arguição de que o pedido não pode ser deferido pelo Poder Judiciário, sob pena de violação ao princípio da separação de poderes, pois, em função de expressa previsão constitucional, sempre que houver lesão ou ameaça de lesão ao seu direito, pode o cidadão socorrer-se às vias judiciais.

No mais, extrai-se dos autos que o agravado é portador de deficiência femural focal proximal, CID Q74, necessitando urgentemente ser submetido a uma osteotomia femural, em que será imprescindível a placa lâmina pediátrica 3,5mm, conforme laudo médico prescrito pelo médico assistente, às fls. 21, sem, contudo, possuir recursos financeiros para adquiri-la.

Frise-se, ainda, que, ante a gravidade da patologia que acomete o agravado, doença rara, que afeta o osso do quadril, podendo trazer consequências irreversíveis a saúde, a placa acima mencionada é de imperiosa necessidade ao tratamento do impetrante.

~

O fato de alguém necessitar de tratamento inadiável, aliado ao impostergável dever do Estado de assegurar a todos os cidadãos, especialmente os mais carentes, o direito à saúde, justifica a concessão da segurança, impondo-se ao ente público a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento apropriado ao caso.

Como bem se sabe, é dever do Poder Público, em qualquer de suas esferas, velar pela proteção da saúde dos seus cidadãos, fornecendo-lhes, sobretudo em casos como o figurado em tela, os meios necessários para garantir-lhes melhor qualidade de vida, diminuindo os sofrimentos de que padecem, em atenção, ainda, aos ditames constitucionais que priorizam a dignidade da pessoa humana.

No tocante à multa diária, é lícito ao magistrado fixar *astreintes* contra a Fazenda Pública com o objetivo de assegurar o adimplemento de obrigação de fazer consistente no fornecimento de medicamentos, nos termos do art. 461, § 3º e 4º, do CPC.

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que a multa por descumprimento de decisão judicial não pode ensejar o enriquecimento sem justa causa da parte a quem favorece, devendo ser reduzida a patamares razoáveis, conforme se depreende dos arestos abaixo ementados:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. PROPÓSITO INFRINGENTE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MULTA DIÁRIA. ASTREINTES. VALOR. EXCESSO. RAZOABILIDADE. PROPORCIONALIDADE. POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. ADMISSÃO. I. A multa por descumprimento de decisão judicial não pode ensejar o enriquecimento sem justa causa da parte a quem favorece, devendo ser reduzida a patamares razoáveis. II. Admite-se o prequestionamento implícito, configurado quando a tese jurídica defendida pela parte é debatida no acórdão recorrido. III. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, sendo negado provimento a este (AgRg no REsp 1041518/DF, T4, rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJe de 25/03/2011).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASTREINTES. REDUÇÃO. POSSIBILIDADE. COISA JULGADA. PRECLUSÃO. INEXISTÊNCIA. 1. A multa imposta com base no art. 461 do CPC, quando considerada exorbitante ou insuficiente, pode ser modificada pelo juiz a qualquer tempo, já que não faz coisa julgada material, hipótese, portanto, em que não se opera a preclusão. 2. Agravo regimental desprovido (AgRg no Ag 1144150/GO, T4, rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe de 31/03/2011).

Desse modo, faço ver que não assiste razão à parte agravante, posto que tal fixação não restou desproporcional e exorbitante, não havendo que se falar em ônus excessivo ao Erário.

Ademais, o Grupo de Câmaras de Direito Público desta Corte de Justiça tem entendido, pacificamente, que a negativa no fornecimento de medicamentos necessários implica em desrespeito ao direito fundamental de acesso universal e igualitário à saúde, garantido constitucionalmente, que é de responsabilidade do Estado.

No sentido posto, colaciono precedente deste Sodalício, consoante aresto adiante ementado:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. VEDAÇÃO À CONCESSÃO DE TUTELA ANTECIPADA. ESGOTAMENTO DO OBJETO DA DEMANDA. NÃO CONFIGURADO. CRIANÇA PORTADORA DE CATARATA POLAR POSTERIOR DO OLHO ESQUERDO. PROCEDIMENTO CIRÚRGICO (FACECTOMIA + LIOOE). PRESERVAÇÃO DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. MULTA DIÁRIA. AUSÊNCIA DE ÔNUS EXCESSIVO. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. No caso concreto, o togado singular não adentra no mérito administrativo da questão posta, já que sua conduta é direcionada à observância da legalidade. 2. As restrições impostas pelos arts. 1º, §3º, da Lei Federal nº 8.437/92 e 1º da Lei Federal nº 9.494/97 limitam-se à concessão de pagamentos ou incorporação de vencimentos ou vantagens a servidor público, não sendo o caso dos autos, na qual resta caracterizado o estado de necessidade e a exigência de preservação da vida humana, com a urgência inerente à prestação de assistência à saúde, assegurada constitucionalmente, conforme proclama o seu art. 196. 3. Mesmo que o procedimento não esteja previamente elencado pela Administração ou mesmo que existam outras formas de tratamentos alternativos disponibilizadas pelo SUS, não há óbice ao fornecimento pleiteado, inclusive com as marcas determinadas, eis que a garantia à saúde e, em última análise, à vida é ampla e irrestrita, não cabendo à Administração erguer barreiras burocráticas ensejando obstaculizar ou mesmo impedir o tratamento adequado, notadamente na hipótese do cidadão ser portador de moléstia grave, sendo estritamente necessário procedimento prescrito. 4. É lícito ao magistrado fixar astreintes contra a Fazenda Pública com o objetivo de assegurar o adimplemento da obrigação de fazer consistente no fornecimento de medicamentos ou congêneres, não havendo que se falar em ônus excessivo na espécie. 5. Agravo de instrumento à unanimidade improvido, não se entendendo violados os arts. 2º da CF/88; 1º, §3º, da Lei Federal nº 8.437/92 e 1º da Lei Federal nº 9.494/97 (AI 326771-0, 2CDP, rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado 13/03/2014).

Justiça: Nesse mesmo diapasão, eis o teor da Súmula nº 18 desta Corte de

Súmula 18 – É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.

Feitas estas considerações, nego provimento ao regimental, inexistindo razão para alterar o comando a decisão agravada.

É como voto.

Recife, 2 de julho de 2014

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator